



INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL
DE GUARULHOS S.A.**

**EM 31 DE MARÇO DE 2022
E RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que no período de três meses findos em 31 de março de 2022 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 459.910 mil e possui um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.445.614 mil e passivo a descoberto no montante de R\$ 3.357.059 mil. Em 31 de março de 2022, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR - da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das cifras do período anterior

As Informações Trimestrais - ITR, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2021 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão datado de 13 de maio de 2021 sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional.

São Paulo, 13 de maio de 2022

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

DocuSigned by:

Jose Ricardo Bordignon

608E1D4C499046C...
José Ricardo Bordignon
Contador CRC 1SP221807/O-6

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	194.830	247.737
Aplicações financeiras vinculadas	5	1.052.564	747.330
Contas a receber	6	304.835	221.058
Estoques		11.504	11.686
Impostos a recuperar	7a	35.349	38.893
Partes relacionadas	8	12	-
Adiantamentos		4.734	7.076
		<u>1.603.828</u>	<u>1.273.780</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	162.321	158.385
Contas a receber	6	97.450	9.855
Impostos diferidos ativos	7b	791.260	787.619
Estoques		4.183	4.172
Impostos a recuperar	7a	331.045	336.913
Partes relacionadas	8	37.615	36.449
Depósitos judiciais	13	29.412	27.183
Imobilizado		1.750	1.884
Intangível	9	12.568.995	12.749.399
		<u>14.024.031</u>	<u>14.111.859</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>15.627.859</u></u>	<u><u>15.385.639</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		53.038	50.325
Empréstimos e financiamentos	10	329.610	322.347
Debêntures	11	137.768	129.849
Impostos a recolher	7d	39.773	106.673
Obrigações com empregados e administradores		20.133	17.014
Concessão de serviço público	12	2.298.310	2.204.864
Partes relacionadas	8	58.256	56.466
Receita diferida	14	38.612	25.413
Adiantamento de clientes		5.931	6.787
Outros passivos	15	68.011	63.723
		<u>3.049.442</u>	<u>2.983.461</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	1.964.757	2.047.212
Debêntures	11	539.512	536.209
Concessão de serviço público	12	13.102.086	12.521.796
Provisão para obrigações legais	13	39.021	37.874
Receita diferida	14	285.407	152.617
Adiantamento de clientes		4.693	3.619
		<u>15.935.476</u>	<u>15.299.327</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	16	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(5.521.707)	(4.541.832)
Resultado do período/exercício		(459.910)	(979.875)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(3.357.059)</u>	<u>(2.897.149)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO			
LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>15.627.859</u>	<u>15.385.639</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		532.953	376.697
Receita de construção		3.133	19.076
Receita operacional líquida	17	<u>536.086</u>	<u>395.773</u>
Custo dos serviços prestados	18	(386.757)	(308.855)
Custo de construção	18	<u>(3.133)</u>	<u>(19.076)</u>
Lucro bruto		146.196	67.842
Despesas gerais e administrativas	18	(40.928)	(56.912)
Outras receitas e despesas	18	<u>38.384</u>	<u>2.783</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		143.652	13.713
Resultado financeiro líquido	19	<u>(607.203)</u>	<u>(471.724)</u>
Resultado antes dos impostos		(463.551)	(458.011)
Imposto de renda e contribuição social	7c	<u>3.641</u>	<u>16.696</u>
Prejuízo líquido do período		<u>(459.910)</u>	<u>(441.315)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	25	<u>(0,152)</u>	<u>(0,145)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS DE TRÊS
MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Prejuízo do período	<u>(459.910)</u>	<u>(441.315)</u>
Total do resultado abrangente no período	<u><u>(459.910)</u></u>	<u><u>(441.315)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.624.558	(5.521.707)	(2.897.149)
Prejuízo do período	-	(459.910)	(459.910)
EM 31 DE MARÇO DE 2022	<u>2.624.558</u>	<u>(5.981.617)</u>	<u>(3.357.059)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.624.558	(4.541.832)	(1.917.274)
Prejuízo do período	-	(441.315)	(441.315)
EM 31 DE MARÇO DE 2021	<u>2.624.558</u>	<u>(4.983.147)</u>	<u>(2.358.589)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(463.551)	(458.011)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		250.029	204.797
Baixa de imobilizado e intangível		33	2
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/18	(12.656)	25.603
Provisão para obrigações legais	13	1.147	1.143
Apropriação de receita diferida	14	(11.323)	(2.721)
Variações monetárias e encargos, líquidas		608.750	484.320
Reequilíbrio econômico financeiro	12/14	(41.401)	(15.950)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	11	237	236
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(158.716)	(26.859)
Estoques		171	(218)
Outros adiantamentos		2.342	3.198
Impostos a recuperar		9.412	5.517
Depósitos judiciais		(2.229)	(702)
Partes relacionadas		(1.178)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(351)	(1.724)
Partes relacionadas		1.790	-
Obrigações com empregados e administradores		3.119	1.978
Impostos a recolher		(66.900)	(79.404)
Adiantamento de clientes		218	(5.332)
Outras obrigações e contas a pagar		4.288	(12.353)
Outorga variável	12	60.861	42.875
Receita diferida	14	194.595	3.914
Juros pagos	10/11	(56.302)	(53.908)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>322.385</u>	<u>116.401</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(392.601)	(169.284)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		113.975	41.413
Aquisição de intangível		(8.562)	(1.808)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(287.188)</u>	<u>(129.679)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	10/11	(88.104)	(83.906)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(88.104)</u>	<u>(83.906)</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(52.907)</u>	<u>(97.184)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		247.737	329.551
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>194.830</u>	<u>232.367</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(52.907)</u>	<u>(97.184)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receitas		741.733	507.954
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	17	751.256	514.481
Receita de construção	17	3.133	19.076
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/18	(12.656)	(25.603)
Insumos adquiridos de terceiros		(224.329)	(198.226)
Custos dos serviços prestados		(232.402)	(159.126)
Custo de construção	18	(3.133)	(19.076)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		11.206	(20.024)
Valor adicionado bruto		517.404	309.728
Retenções			
Depreciação e amortização	18	(249.985)	(204.757)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		267.419	104.971
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	38.556	17.106
Valor adicionado total a distribuir		305.975	122.077
Distribuição do valor adicionado		305.975	122.077
Pessoal e encargos		22.365	23.203
Remuneração direta		15.241	15.764
Benefícios		5.988	6.198
FGTS		1.136	1.241
Impostos, taxas e contribuições		99.548	52.118
Federais		72.997	35.102
Municipais		26.551	17.016
Remuneração do capital de terceiros		643.972	488.070
Juros	19	79.860	74.916
Atualização outorga	19	560.973	412.042
Outros		3.139	1.112
Remuneração de capital próprio		(459.910)	(441.315)
Prejuízo do período		(459.910)	(441.315)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES
FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU *Airport*”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 12, 1º Repactuação).

Em dezembro de 2020, em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa.

No período findo em 31 de março de 2022, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 459.910 (R\$ 441.315 no período findo em 31 de março de 2021), e em 31 de março de 2022, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.445.614 (R\$ 1.709.681 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 3.357.059 (R\$ 2.897.149 em 31 de dezembro de 2021). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 10 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

1.1. CORONAVÍRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia do COVID-19

Em decorrência da melhora no cenário dos efeitos da pandemia do COVID-19, alguns municípios passaram adotar medidas menos restritivas, não sendo mais obrigatório o uso de máscara em locais abertos ou fechados desde o dia 8 de março de 2022.

Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas demonstrações intermediárias, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo exercício do ano anterior.

Nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021, a Concessionária apresentou o seguinte desempenho operacional.

GRU Airpot	1T22	1T21	Δ %
Passageiros total (mil)	7.955	5.031	58,1%
Movimento total de aeronaves	56.719	42.840	32,4%
Carga total (toneladas)*	77.679	70.991	9,4%

*Volume total de cargas faturadas.

A Administração da Concessionária continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais – ITRs) em 13 de maio de 2022, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária, com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021, não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa oficial em 28 de março de 2022 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Concessionária.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no período findo em 31 de março de 2022).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades

econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	11.064	40.400
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	183.766	207.337
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>194.830</u>	<u>247.737</u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 101,25% do CDI (100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	<u>1.052.564</u>	<u>747.330</u>
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	1.052.564	747.330
Não circulante	<u>162.321</u>	<u>158.385</u>
Conta Reserva	162.321	158.385
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u>1.214.885</u>	<u>905.715</u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos das contas reservas outorga, permanecem aplicados para o trimestre, até a conclusão sobre o pedido de repactuação realizado pela Concessionária no ano anterior. (vide nota explicativa nº12)

Os fundos são remunerados pela taxa média de 100,25% do CDI (102,25% do CDI em 31 de dezembro de 2021) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	113.862	93.872
Armazenagem	28.858	21.759
	<u>142.720</u>	<u>115.631</u>
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	354.722	197.783
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(95.157)</u>	<u>(82.501)</u>
Total contas a receber	<u>402.285</u>	<u>230.913</u>
Circulante	<u>304.835</u>	<u>221.058</u>
Não circulante*	<u>97.450</u>	<u>9.855</u>

* aumento em decorrência de aditivo contratual comercial.

Em 31 de março de 2022, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE MARÇO DE 2022	402.285	(95.157)	382.915	20.038	22.280	9.467	6.952	10.889	6.537	38.364
				Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2021	230.913	(82.501)	22.030	212.148	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659	41.875

Em 31 de março 2022, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 95.157 (R\$ 82.501 em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	(82.501)	(136.983)
Adição/ Reversão	(12.656)	54.369
Baixa	-	113
Saldo no fim do exercício	<u>(95.157)</u>	<u>(82.501)</u>

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, foi realizado provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF	5.631	4.955
IRPJ e CSLL	855	687
PIS e COFINS	28.863	33.251
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>35.349</u>	<u>38.893</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>331.045</u>	<u>336.913</u>
Total	<u>366.394</u>	<u>375.806</u>

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2022 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.330.493	1.330.493
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>1.348.534</u>	<u>1.348.534</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção(*)	(468.232)	(479.644)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	(88.823)	(81.107)
Arrendamentos	(219)	(164)
Total	<u>(557.274)</u>	<u>(560.915)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u><u>791.260</u></u>	<u><u>787.619</u></u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2024	23.238
2025	50.485
2026	77.054
2027 a 2032	<u>1.197.757</u>
	<u><u>1.348.534</u></u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(463.551)	(458.011)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	157.607	155.724
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período		
Diferenças permanentes	(6)	(138)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(153.960)	(138.890)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>3.641</u>	<u>16.696</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	-
Diferido	<u>3.641</u>	<u>16.696</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	<u>-1%</u>	<u>-4%</u>

Durante o período de 31 de março de 2022 a Concessionária gerou um montante de R\$ 153.960 relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras por não estarem suportados pelas projeções de resultado elaboradas pela administração da Companhia.

O valor acumulado, até 31 de março de 2022 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.545.919 (R\$ 1.391.959 em 31 de dezembro de 2021).

d) Impostos a recolher

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	26.640	94.076
ISSQN	9.620	8.463
	<u>36.260</u>	<u>102.539</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN	736	827
IRRF	559	629
INSS	1.693	1.843
CSRF	525	835
	<u>3.513</u>	<u>4.134</u>
Circulante	<u>39.773</u>	<u>106.673</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/03/2022			Resultado
			Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	-	37.615	57.735	-
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	12	-	521	12
			12	37.615	58.256	12

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2021		Resultado
			Ativo não circulante	Passivo circulante	
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	36.449	55.945	12.321
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521	-
			36.449	56.466	12.321

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e a INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação. Os valores foram atualizados e estão sendo discutidos pela Administração, afim de liquidar os saldos entre as partes.
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária. O ativo com o acionista indireto INVEPAR decorre de cessão de espaço.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	1.245	2.160
Outros benefícios	44	113
Encargos	218	397
Total da remuneração	<u>1.507</u>	<u>2.670</u>

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2022 para o exercício de 2022, é de R\$ 10.478.

Em 31 de março de 2022, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.893 (R\$ 3.401 em 31 de dezembro de 2021).

9. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em
	ponderadas de amortização %	31/12/2021				31/03/2022
Custo						
Software		25.168	-	-	-	25.168
Outorga fixa - concessão		15.025.658	57.559	-	-	15.083.217
Investimento para concessão		4.362.201	1.153	(52)	3.133	4.366.435
Em andamento		10.616	10.812	-	(3.133)	18.295
Total		<u>19.423.643</u>	<u>69.524</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>19.493.115</u>
Amortização acumulada						
Software	20%	(22.243)	(264)	-	-	(22.507)
Outorga fixa - concessão	(a)	(5.107.739)	(185.301)	-	-	(5.293.040)
Investimento para concessão	(a)	(1.544.262)	(64.330)	19	-	(1.608.573)
Total		<u>(6.674.244)</u>	<u>(249.895)</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>(6.924.120)</u>
Intangível líquido		<u>12.749.399</u>	<u>(180.371)</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>	<u>12.568.995</u>

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2021
Custo						
Software		24.639	-	-	56	24.695
Outorga fixa - concessão		14.828.897	22.092	-	-	14.850.989
Investimento para concessão		4.333.014	1.266	(4)	19.021	4.353.297
Em andamento		15.955	2.587	-	(19.077)	(535)
Total		19.202.505	25.945	(4)	-	19.228.446
Amortização acumulada						
Software	20%	(21.090)	(303)	-	-	(21.393)
Outorga fixa - concessão	(a)	(4.554.215)	(141.594)	-	-	(4.695.809)
Investimento para concessão	(a)	(1.292.839)	(62.699)	2	-	(1.355.536)
Total		(5.868.144)	(204.596)	2	-	(6.072.738)
Intangível líquido		13.334.361	(178.651)	(2)	-	13.155.708

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No período findo em 31 de março de 2022, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 57.559 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 22.092 no período findo em 31 de março de 2021) e R\$ 339 referente a juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 256 no período findo em 31 de março de 2021).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2022, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2022 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2021	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2022
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.646.982	34.730	-	(52.987)	(34.207)	1.594.518
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	2.778	40	-	(97)	(39)	2.682
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	711.935	15.512	339	(22.560)	(15.629)	689.597
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	7.864	327	-	(474)	(147)	7.570
Total					2.369.559	50.609	339	(76.118)	(50.022)	2.294.367

Parcela do circulante

322.347

329.610

Parcela do não circulante

2.047.212

1.964.757

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2020	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/03/2021
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.856.612	32.127	-	(51.648)	(32.393)	1.804.698
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.167	33	-	(97)	(34)	3.069
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	800.936	14.562	256	(21.884)	(14.936)	778.934
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	9.257	213	-	(421)	(169)	8.880
Total					2.669.972	46.935	256	(74.050)	(47.532)	2.595.581

Parcela do circulante

297.842

228.682

Parcela do não circulante

2.372.130

2.366.899

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No período findo em 31 de março de 2022, o montante capitalizado foi de R\$ 339 (R\$ 256 em 31 de março de 2021).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2023	258.422
2024	373.198
2025	407.398
2026 em diante	925.739
	<u>1.964.757</u>

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e às debentures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);

- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

11. DEBÊNTURES

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2021	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2022
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	323.724	14.623	(11.986)	(6.280)	-	320.081
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	346.227	14.628	-	-	-	360.855
Custo com emissão				(3.893)	-	-	-	237	(3.656)
Total				666.058	29.251	(11.986)	(6.280)	237	677.280

Parcela do circulante	129.849	137.768
Parcela do não circulante	536.209	539.512

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/03/2021
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	14.184	(9.856)	(6.376)	-	331.094
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	348.463	13.797	-	-	-	362.260
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	236	(4.616)
Total				676.753	27.981	(9.856)	(6.376)	236	688.738

Parcela do circulante	102.671	113.001
Parcela do não circulante	574.082	575.737

Em 31 de março de 2022, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 3.656 (R\$ 4.616 em 31 de março de 2021).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2023	114.913
2024	131.356
2025	192.917
2026	100.326
	<u>539.512</u>

Até 31 de março de 2022, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	11.986	-	-	-	-	11.986
Juros	6.280	-	-	-	-	6.280

Garantias e cláusulas restritivas financeiras (Vide Nota Explicativa nº 10).

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2021	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2022
Outorga variável	183.077	60.861	-	-	-	243.938
Outorga fixa	1.983.354	-	74.090	7.623	(48.767)	2.016.300
(-) Reequilíbrio	38.433	-	(361)	-	-	38.072
Circulante	2.204.864	60.861	73.729	7.623	(48.767)	2.298.310
Outorga fixa	12.624.248	-	485.344	49.936	48.767	13.208.295
(-) Reequilíbrio	(102.452)	-	(3.757)	-	-	(106.209)
Não circulante	12.521.796	-	481.587	49.936	48.767	13.102.086
Total	14.726.660	60.861	555.316	57.559	-	15.400.396

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Saldo final 31/03/2021
Outorga variável	155.999	42.875	-	-	-	198.874
Outorga fixa	1.293.640	-	39.266	2.105	(9.236)	1.325.775
(-) Reequilíbrio	(242.258)	-	(10.332)	-	-	(252.590)
Circulante	1.207.381	42.875	28.934	2.105	(9.236)	1.272.059
Outorga fixa	12.183.712	-	372.776	19.987	9.236	12.585.711
(-) Reequilíbrio	(94.560)	-	(3.848)	-	-	(98.408)
Não circulante	12.089.152	-	368.928	19.987	9.236	12.487.303
Total	13.296.533	42.875	397.862	22.092	-	13.759.362

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19, houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Repactuação da outorga fixa

Repactuação – Termo aditivo nº 006/2020

Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

Pleito de Repactuação

Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar.

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, o qual aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia do COVID-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021

Em decorrência dos impactos causados pela pandemia COVID-19, a ANAC aprovou em 06 de dezembro de 2021, o valor correspondente ao desequilíbrio verificado em 2021, o montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. O valor aprovado pela Agência foi concedido com base em valores realizados e projetados no exercício, contudo a Concessionária revisou o montante com base no realizado do exercício e mensurou um novo montante de R\$ 745.488, que será revisado no ano subseqüente pela Agência.

Reequilíbrio econômico financeiro – Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022

Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato people mover, entre a estação Aeroporto, linha 13 – Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide nota explicativa nº 15)

O projeto denominado APM – *Automated People Mover* terá o investimento relativos à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971.

13. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/03/2022</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	30.220	1.432	(1.462)	685	30.875
Tributário (b)	54	-	(20)	-	34
Administrativos (c)	1.278	230	(396)	7	1.119
Cíveis (d)	6.322	8	(8)	671	6.993
Total	<u>37.874</u>	<u>1.670</u>	<u>(1.886)</u>	<u>1.363</u>	<u>39.021</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	1.450	1.570
Tributários (b)	664.695	605.611
Administrativo (c)	41.759	40.965
Cíveis (d)	173.808	169.764
Total	<u>881.712</u>	<u>817.910</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 75% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2021, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

Considerando o valor envolvido e a matéria discutida, vale destacar Ação Civil Pública distribuída por suposto ato de Improbidade Administrativa que teria sido praticado por ex-Prefeito de Guarulhos (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224), que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de março de 2022, a Concessionária possuía R\$ 29.412 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 27.183 em 31 de dezembro de 2021).

14. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2021	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2022
Cessão de espaço	11.256	-	(11.323)	26.127	26.060
Reequilíbrio	14.157	34.298	(37.791)	1.888	12.552
Circulante	25.413	34.298	(49.114)	28.015	38.612
Cessão de espaço	67.191	160.297	-	(26.127)	201.361
Reequilíbrio	85.426	-	508	(1.888)	84.046
Não Circulante	152.617	160.297	508	(28.015)	285.407
	178.030	194.595	(48.606)	-	324.019

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/03/2021
Cessão de espaço	10.616	1.280	(2.721)	2.081	11.256
Reequilíbrio	10.441	-	(2.610)	2.638	10.469
Circulante	21.057	1.280	(5.331)	4.719	21.725
Cessão de espaço	75.080	2.634	-	(2.081)	75.633
Reequilíbrio	52.610	-	840	(2.638)	50.812
Não Circulante	127.690	2.634	840	(4.719)	126.445
	148.747	3.914	(4.491)	-	148.170

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

15. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Repasso PAN/PAT (a)	588	687
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	97	97
Contribuição Mensal (c)	67.326	62.939
Total	<u>68.011</u>	<u>63.723</u>

- (a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.
- (b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão. Em 01 de janeiro de 2021, o repasse ao Tesouro Nacional foi extinto mediante Lei nº 14.034/20 que revogou a Lei nº 9.825/99.
- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pousos e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia, sendo a contrapartida registrada em contas a receber. Com a assinatura do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão o valor da arrecadação da Contribuição Mensal será para a compensação dos investimentos do projeto APM (Vide nota explicativa nº12).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de março de 2022, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2021, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/03/2022		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	2.624.558	3.033.541.675	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/03/2022	31/03/2021
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	232.786	128.922
Receita de armazenagem e capatazia	262.422	191.287
Total da receita operacional bruta tarifária	495.208	320.209
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	256.048	194.272
Total da receita operacional bruta não tarifária	256.048	194.272
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	751.256	514.481
Deduções da receita bruta	(218.303)	(137.784)
Impostos sobre receita	(93.620)	(63.543)
Contribuição mensal	(108.114)	(69.358)
Outras deduções	(16.569)	(4.883)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	532.953	376.697
Receita de construção	3.133	19.076
Receita operacional líquida	536.086	395.773

18. CUSTOS E DESPESAS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Pessoal e encargos	(25.707)	(26.764)
Conservação e manutenção	(23.219)	(20.373)
Comunicação, marketing e publicidade	(189)	(216)
Seguros e garantias	(2.981)	(2.696)
Serviços de terceiros	(29.784)	(26.390)
Veículos	(230)	(189)
Consultoria e assessoria	(2.406)	(2.028)
Aluguéis e impostos	(2.263)	(1.799)
Energia elétrica	(14.476)	(8.719)
Contingências	(3.492)	(6.787)
PECLD*	(12.656)	(25.603)
Outorga variável	(59.856)	(42.167)
Depreciação e amortização	(249.985)	(204.757)
Custo de construção	(3.133)	(19.076)
Reequilíbrios econômicos financeiro**	33.787	1.529
Outros	4.156	3.975
	<u>(392.434)</u>	<u>(382.060)</u>
Custo dos serviços prestados	(386.757)	(308.855)
Custo de construção	(3.133)	(19.076)
Despesas gerais e administrativas	(40.928)	(56.912)
Outras receitas e despesas	38.384	2.783
	<u>(392.434)</u>	<u>(382.060)</u>

* Em decorrência da retomada gradual dos passageiros apresentadas no último exercício, a Administração reavaliou os riscos de não recebimento dos valores a receber de clientes e realizou a reversão da PECLD.

** Na rubrica está incluso o reequilíbrio APM líquido de impostos incidentes e demais reequilíbrios (Vide nota explicativa nº 12).

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	30.544	2.638
Outras receitas financeiras	8.011	14.468
Total	<u>38.556</u>	<u>17.106</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa *	(560.973)	(412.042)
Juros sobre debêntures	(29.251)	(27.981)
Juros sobre empréstimos	(50.609)	(46.935)
Comissões e despesas bancárias	(787)	(574)
Outros	(4.137)	(1.298)
Total	<u>(645.758)</u>	<u>(488.830)</u>
Total do resultado financeiro líquido	<u>(607.203)</u>	<u>(471.724)</u>

* A variação é justificada pela atualização monetária sobre a outorga em decorrência do aumento do IPCA no período.

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

21. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

22. SEGUROS

Em 31 de março de 2022, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.742.350	24/05/2021	24/05/2022	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2021	24/05/2022	AXA Corporate Solutions Seguros S/A
Garantia de obrigações públicas	746.447	04/06/2021	04/06/2022	BMG/Potencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	16.256	24/05/2021	24/05/2022	Allianz Seguros S.A.
Seguro de frota	600.000	24/05/2021	24/05/2022	Tokio Marine Seguradora
Aeronautico - Drones	4.000	24/05/2021	24/05/2022	Mafre

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2021 a maio de 2022 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a Berkley International do Brasil Seguros S.A.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros	31/03/2022		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	194.830	-	194.830
Aplicações financeiras vinculadas	1.214.885	-	1.214.885
Contas a receber	-	402.285	402.285
Partes relacionadas	-	37.615	37.615
Total do ativo	1.409.715	439.900	1.849.615
Passivos			
Fornecedores	-	53.038	53.038
Partes relacionadas	-	58.256	58.256
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	2.294.367	2.294.367
Debêntures (*)	-	680.936	680.936
Concessão de serviço público	-	15.400.396	15.400.396
Total do passivo	-	18.486.993	18.486.993

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros		31/12/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	247.737	-	247.737	
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	-	905.715	
Contas a receber	-	230.913	230.913	
Partes relacionadas	-	36.449	36.449	
Total do ativo	1.153.452	267.362	1.420.814	
Passivos				
Fornecedores	-	50.325	50.325	
Partes relacionadas	-	56.466	56.466	
Empréstimos e financiamentos	-	2.369.559	2.369.559	
Debêntures (*)	-	669.951	669.951	
Concessão de serviço público	-	14.726.660	14.726.660	
Total do passivo	-	17.872.961	17.872.961	

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/03/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	194.830	194.830	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.214.885	-	1.214.885	-
Total	1.409.715	194.830	1.214.885	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/03/2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	2.294.367	-	2.294.367	-
Debêntures (*)	680.936	-	680.936	-
Concessão de serviço público	15.400.396	-	-	15.400.396
Total	18.375.699	-	2.975.303	15.400.396

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	247.737	247.737	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	-	905.715	-
Total	1.153.452	247.737	905.715	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.369.559	-	2.369.559	-
Debêntures (*)	669.951	-	669.951	-
Concessão de serviço público	14.726.660	-	-	14.726.660
Total	17.766.170	-	3.039.510	14.726.660

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de março de 2022, apresentam valor de mercado de R\$ 643.363 (R\$ 657.606 em 31 de dezembro de 2021).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/03/2022
Fornecedores	53.038	-	-	-	53.038
Empréstimos e financiamentos	494.656	986.197	984.866	-	2.465.719
Debêntures	132.003	399.814	224.476	-	756.293
Concessão de serviço público	2.016.300	4.809.066	3.456.597	9.580.724	19.862.687
	<u>2.695.997</u>	<u>6.195.077</u>	<u>4.665.939</u>	<u>9.580.724</u>	<u>23.137.737</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2021
Fornecedores	50.325	-	-	-	50.325
Empréstimos e financiamentos	515.890	1.092.069	1.327.304	309.359	3.244.622
Debêntures	136.452	247.773	508.519	56.119	948.864
Concessão de serviço público	1.983.353	3.089.322	3.285.118	11.095.432	19.453.225
	<u>2.686.020</u>	<u>4.429.164</u>	<u>5.120.941</u>	<u>11.460.910</u>	<u>23.697.036</u>

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/03/2022	Risco/indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	194.830	CDI (% ao ano)	18.022
Aplicações financeiras vinculadas	1.214.885	CDI (% ao ano)	112.377
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>
CDI (% ao ano)			9,25%

(*) O montante R\$166.090 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

Passivo financeiro

Operação	31/03/2022	Risco/indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	2.286.797	TJLP (% ao ano)	139.037
Arrendamentos	7.570	CDI (% ao ano)	882
Debêntures	680.936	IPCA (% ao ano)	76.946
Concessão de serviço público	15.400.396	IPCA (% ao ano)	1.740.245
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>
TJLP (% ao ano)			6,08%
CDI (% ao ano)			11,65%
IPCA (% ao ano)			11,30%

24. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	339	256
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	57.559	22.092
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	3.064	1.599

25. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Numerador		
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(459.910)	(441.315)
Denominador (em milhares de ações)	<u>3.033.542</u>	<u>3.033.542</u>
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,152)</u>	<u>(0,145)</u>

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data desta divulgação das informações contábeis intermediárias a Concessionária não apresentou nenhum evento subsequente a ser divulgado.

* * *